

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 6.639, DE 2009.**

Dispõe sobre teores máximos de dióxido de enxofre residual em açúcar, estabelece normas aplicáveis a operações de crédito industrial ou agroindustrial, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Pastor Pedro Ribeiro

**Relator:** Deputado Camilo Cola

## **I - RELATÓRIO**

A proposição sob análise estabelece o limite máximo de dióxido de enxofre residual em 1 (um) miligrama por quilograma do produto, para açúcar ou confecção de alimentos destinados ao consumo humano.

Prevê 18 meses para a entrada em vigor desta Lei e autoriza, neste período, a fabricação, a importação e a comercialização de açúcares com o limite de 15(quinze) miligrama por quilograma de resíduos de dióxido de enxofre, desde que esteja expresso o alerta para o consumidor sobre a prejudicialidade do produto.

Estabelece, ainda, a proibição para as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional de realizar operações de crédito industrial ou agro industrial direcionadas a instalação de plantas ou sua ampliação para a produção de açúcar que utilize enxofre ou derivados em seu branqueamento.

Por outro lado, autoriza as mesmas instituições a financiar a substituição dos processos de branqueamento de açúcar por métodos que não utilizem enxofre ou seus derivados.

Autoriza ainda os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a aplicar recursos com esta mesma finalidade.

Sustenta sua proposta, destacando a importância de se substituir processos ultrapassados e nocivos à saúde para a produção de açúcar, notadamente ao se considerar que o Brasil é o maior produtor e maior exportador de açúcar do mundo. Dá como exemplo de nova tecnologia e praticamente sem riscos a que utiliza o ozônio.

Afirma, ainda, que os índices atualmente permitidos de resíduos de dióxido de enxofre são altamente nocivos à saúde de quem ingere o açúcar ou para quem o produz.

O mesmo autor apresentou posteriormente uma Emenda Substitutiva Global, que modifica fundamentalmente o Art. 2º do Projeto de Lei, alterando os valores máximos permitidos de resíduos de SO<sub>2</sub>, que denominou sulfito, que seriam os seguintes: para açúcar refinado granulado – 5mg/kg; para o açúcar refinado amorfo – 20 mg/kg e para o açúcar branco de produção direta - 10 mg/kg.

Justificou a mudança por ter passado a considerar relevante os diferentes processos de produção para tipos distintos de açúcar.

O Projeto de Lei foi distribuído para esta Comissão, para a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão de Constitucionalidade, Justiça e Redação, estando a matéria sujeita à manifestação conclusiva das comissões, conforme reza o art. 24, II, do Regimento Interno.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A proposição ora sob apreciação, de autoria do nobre Deputado Pastor Pedro Ribeiro, demonstra sua preocupação com a saúde da imensa maioria da população brasileira, sabidamente grande consumidora de açúcar e, também com os profissionais que trabalham na sua produção.

Nesse intuito, inicialmente, apresentou proposta que praticamente proibia a presença de vestígios de dióxido de enxofre no açúcar de consumo humano. Refez sua posição com uma Emenda Substitutiva Global, que passou a considerar novos níveis limites de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) de acordo com o tipo de açúcar. Nesta oportunidade, utiliza como referência o *Codex Alimentarius*, que cita, em sua justificativa, para afirmar que a sua atual proposição tem valores máximo permitidos ainda bem inferiores ao utilizado pelo Codex.

Parece-nos que a referida Emenda, que com a melhor das intenções procurava corrigir o exagero do limite imposto no Projeto de Lei, manteve-se em uma posição equivocada.

Não está em discussão a importância em se garantir a saúde dos consumidores de açúcar e dos trabalhadores que o produzem. Este é um princípio que deve governar qualquer decisão desta Casa. Nesta perspectiva devemos nos orientar pelo que a grande maioria das nações acorda internacionalmente.

O referido *Codex Alimentarius* é um fórum internacional de regulamentação de alimentos estabelecido pela Organização das Nações Unidas, a ONU, pela FAO ( Food and Agriculture Organization) e pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Foi criado, em 1963, com a finalidade de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas eqüitativas no comércio regional e internacional de alimentos. No Brasil, o CODEX está subordinado à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e ao Departamento de Assuntos Sanitários e Fitossanitários.

Estamos tratando, portanto, de um fórum altamente qualificado e de grande reputação. Ademais, trata-se de uma referência mundial para os consumidores de produtos, para os fabricantes de alimentos, para os organismos nacionais de regulação e controle de alimentos e para o comércio internacional de produtos alimentares.

Pela sua relevância, entendemos que seria um grande equívoco buscar soluções isoladas sem apoio da comunidade internacional e mesmo sem respaldo técnico e político adequados e suficientes. Desta forma, qualquer alteração nas normas vigentes que considerarmos necessária deveria passar por este fórum. Teríamos, assim, a oportunidade de fortalecer possíveis novas posições ou aperfeiçoamentos nas regras existentes, sem, contudo,

quebrar a busca permanente da harmonia no processo de se estabelecer normas alimentares de aplicação mundial.

Mesmo nos restringindo aos aspectos sanitários, próprios para análise desta Comissão, não poderíamos deixar de ressaltar a importância da nossa contínua e ativa participação no Codex Alimentarius como meio de fortalecimento do Brasil no cenário do comércio internacional de alimentos. Naturalmente, os aspectos comerciais e financeiros deste Projeto de Lei serão tratados com maior profundidade nas Comissões específicas. De qualquer forma, não poderíamos apoiar iniciativas que inviabilizassem a continuidade de nossa imensa inserção no mercado mundial de açúcar.

O Projeto de Lei nos pareceu, assim, em que pese seus altos objetivos, inadequado como instrumento para um possível aperfeiçoamento das normas sobre a matéria. Devemos permanecer no caminho da comunidade internacional e trabalhar para melhorar e dinamizar ainda mais as regras estabelecidas no *Codex Alimentarius*. As autoridades governamentais, que disciplinam a matéria e exercem o papel fiscalizador sabem que podem contar com o apoio desta Casa para tal fim.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto contrário ao Projeto de Lei 6. 639 de 2009.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado Camilo Cola  
Relator